

IMPRENSA E MUNDOS DO TRABALHO NA BELLE ÉPOQUE MANAUARA

LUÍS BALKAR SÁ PEIXOTO PINHEIRO

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Os estudos acerca da História da Imprensa no Brasil vêm se avolumando nos últimos anos e sua tendência é de forte crescimento, não apenas pela aproximação de seu Bicentenário (em 2008), mas também pela consolidação da imprensa no interior do trabalho historiográfico, seja como fonte, seja como objeto. Essa valorização tem se beneficiado igualmente da consagração de novas formulações historiográficas que, desde a segunda metade do século XX, tem buscado refletir sobre dimensões do viver social anteriormente menosprezadas nas tradições clássicas da escrita da História.

Tomar a Imprensa Operária como objeto de nossas reflexões tem nos permitido ampliar a compreensão do viver operário, notadamente quanto ao acompanhamento da elaboração, discussão e execução de projetos sociais e políticos dos trabalhadores, além de buscar uma melhor percepção de seu ainda obscuro universo mental, onde experiências e valores específicos forjaram culturas e identidades próprias.

Nossa abordagem acerca desses jornais tem centrado sua atenção em temas clássicos da historiografia dos Movimentos Sociais em geral e da História Operária, em particular, inquirendo acerca do cotidiano do trabalho (jornada, salários, etc.), da vida fora das fábricas (moradia, religiosidade, educação, lazer, etc.) e dos processos de dominação e resistência (processo associativo, greves, etc.).

Diante de um contexto historiográfico ancorado em posturas glorificadoras com evidentes conotações elitistas, um olhar sobre o universo operário no Amazonas da virada do século XIX para o século XX, não só se mostra relevante, como urgente. Nesse sentido, trata-se de alargar o campo de abordagem de uma Nova História Social que vem lentamente se impondo no Amazonas desde as duas últimas décadas, com a realização de importantes trabalhos (dissertações e teses) sobre o tema do trabalho e do trabalhador urbano no Norte do país.

Embora numericamente limitada, a produção de jornais operários no Amazonas está longe de ser inexpressiva. De uma forma geral ela parece apresentar as linhas de força que, à época, estavam também presentes em outras regiões do país, consolidando uma nova forma de pensar e usar a linguagem jornalística.

Em geral, essa imprensa operária singularizou-se, sobretudo, pelos objetivos a que se propôs, notadamente a formação de quadros políticos nas classes trabalhadoras e o fomento ao debate e difusão de idéias e propostas que, indo na contra-mão dos discursos hegemônicos, visavam a construção de um novo mundo, sem a opressão, a miséria e a tirania.

Dito isto, deixo claro que, nesta comunicação, é a Imprensa Operária amazonense da virada do século XIX para o XX que pretendo discutir, não sem antes registrar a inequívoca colaboração de Maria Luiza Ugarte Pinheiro, que tem sido minha principal parceira nesta investigação, de resto, recém-iniciada.

Com efeito, os estudos acerca da imprensa operária¹ são relativamente recentes no Brasil, não obstante a existência de alguns poucos, porém significativos, trabalhos publicados desde finais dos anos sessenta, como o clássico livro de Nelson Werneck Sodré que, em capítulo especial, mapeou sua trajetória e sua singularidade no interior do campo mais amplo da História da Imprensa no Brasil². Antes disso ela despontava, timidamente, como suporte documental prioritário de um punhado de estudos de História Operária, sem, contudo, transformar-se em objeto dessas abordagens.

Com efeito, foi a partir dos anos 1960 que a História Operária, enquanto campo historiográfico, se consolidou nas mais importantes universidades e centros de pesquisa de todo o mundo, amplificando a preocupação com o mapeamento da documentação arquivística que fosse capaz de renovar, para além dos registros oficiais, a base documental sobre a qual se assentava o desejo de reconstituir uma história centrada no campo do trabalho e dos trabalhadores.

Tal como a própria vivência dos trabalhadores, a história dos jornais operários foi marcada por grandes dilemas e dificuldades. Ao contrário da chamada “grande imprensa”, os jornais operários não escondiam seu desejo de ser instrumento da conscientização e luta dos trabalhadores, em franca denúncia da opressão patronal, do caráter de classe assumido pelo estado nas sociedades capitalistas e das precárias condições de vida e trabalho a que amplas parcelas da sociedade estavam submetidas.

Na contramão da política e da história dominantes, o discurso operário foi fortemente vigiado e, em diversas oportunidades, pagou caro a ousadia da defesa da liberdade e da justiça social, já que tais postulados passavam, inexoravelmente, por estabelecer o contraponto com o universo patronal e outras formas de poder constituído. Embora a efemeridade dos jornais operários não fosse obra exclusiva da repressão, nunca é demais mencionar que tais jornais e seus animadores sempre estiveram submetidos a intimidações, prisões, agressões físicas e empastelamentos. Não foi incomum também que muitos editores de jornais operários tivessem que se retirar da cidade no dia seguinte a publicação do primeiro número. No extremo, essas ações truculentas resultaram no assassinato de editores e redatores que, renitentes, insistiam na defesa de seus sonhos e ideais.

A leitura do *Operário*, publicado em fins de 1892, contradita a história oficial, mostrando a figura de Eduardo Ribeiro (uma espécie de Pereira Passos no discurso historiográfico regional) muito mais próxima das práticas autoritárias características da política oligárquica da República

Velha. Em artigos seqüenciados, o *Operário* denunciava os empastelamentos feitos em sua administração e as prisões arbitrárias de jornalistas que lhe faziam oposição.

Filtrada pelas folhas operárias, a abertura do campo da História Operária permite não apenas a incorporação de sujeitos sociais que ficaram a margem do veio central de uma historiografia que, afeita aos grupos dominantes, continua a exercer sua hegemonia no Norte do país. Permite, inclusive, reestruturar a memória histórica regional, já que tais sujeitos sociais, com suas experiências singulares, impactaram fortemente a vida política, cultural, social e econômica do Amazonas.

A existência de poucos títulos na imprensa operária amazonense não decorreu exclusivamente de seu caráter contestador, mas também das dificuldades de financiamento do trabalho tipográfico, dado que o patrocínio de terceiros, como ocorreu em empreendimentos jornalísticos de outro tipo, foi praticamente inexistente no caso dos jornais operários. Embora assumindo um caráter de empreendimento artesanal – o que, de resto, marca a trajetória da grande maioria dos jornais operários em todo o Brasil –, esse não deve servir de único referencial para uma (re)avaliação da sua significação histórica, pois, como salientou Nelson Werneck Sodré,

Antes, em período histórico de condições diversas, houvera pequena imprensa; desde o século XX, porém, há grande e pequena imprensa, e esta se agrupa em dois planos: a que é pequena tão somente por condições materiais, relegada ao interior do país e que em nada perturba a estrutura social, econômica e política dominante... e a que agrupa as publicações de circulação reduzida e de pequenos recursos materiais, mas que mantém uma posição de combate à ordem vigente e cuja condição deriva dessa posição. Assim, na imprensa, quanto aos órgãos, revistas e jornais, o que existe, agora, é uma imprensa de classe: ou da classe dominante, ou da classe dominada, com todos os reflexos que essa divisão proporciona à atividade dos periódicos e do periodismo.³

Em face das dificuldades materiais que cercavam a feitura dos jornais operários no extremo Norte do país, parece coerente ter sido a categoria dos gráficos a que assumiu um papel de destaque e pioneirismo dentro da imprensa operária, seguramente por possuir o domínio das técnicas de impressão e manter acesso direto às prensas patronais, muitas vezes oportunizadas de forma clandestina.

Com efeito, os gráficos singularizavam-se também por ser uma das poucas categorias de trabalhadores urbanos com taxas de escolarização elevada, uma vez que saber ler e escrever era exigência do ofício. No trato com a palavra impressa, transitavam com certa desenvoltura no restrito universo da cultura letrada, enquanto a ampla maioria dos trabalhadores brasileiros era constituída de iletrados. Outra característica marcante dos gráficos foi ter sido uma categoria que sempre se destacou, em todo o Brasil, no processo de organização e conscientização da classe operária, criando diversas associações sindicais.

Ao longo da República Velha, os gráficos amazonenses colocaram em circulação pelo menos três jornais da categoria, sendo responsáveis, inclusive, pelos dois primeiros jornais operários (*Gutenberg* e *Operário*) publicados no Amazonas.⁴ O *Gutenberg* tirou seu primeiro número em 15 de dezembro de 1891 e seu sucessor, o *Operário*, circulou no ano seguinte. Dos gráficos foram também o *Recordação*, jornal de homenagens às artes gráficas, que publicou apenas um número, e *A Lucta Social*, folha anarquista extremamente singular na imprensa amazonense. A força dos gráficos neste período foi inconteste e estava diretamente ligada ao verdadeiro *boom* presenciado no periodismo amazonense, com a proliferação de tipografias e jornais, que só no período de 1889 a 1920 somaram mais de trezentos títulos.⁵

Numa situação diametralmente oposta aos gráficos estavam os trabalhadores, urbanos e rurais, pertencentes a uma centena de categorias, onde as taxas de analfabetismo eram bastante elevadas. Essa baixa alfabetização impunha limites significativos ao processo de produção e consumo dos jornais operários. Sabemos que a leitura coletiva, feita em voz alta, nos cafés e botequins, nas esquinas e nas portas das firmas e estabelecimentos comerciais e industriais, foi uma alternativa largamente utilizada pela classe trabalhadora amazonense para fazer circular as informações e idéias trazidas pela imprensa. Em trabalho bastante inovador Maria Luiza Ugarte Pinheiro salientou que as assembléias de estivadores em greve começavam sempre com a leitura em voz alta do que os jornais noticiavam sobre o movimento.⁶

Até o momento, os estudos acerca da Imprensa Operária no Amazonas, computou a circulação de treze jornais operários durante a República Velha. Nesse cômputo estão inseridos não só os títulos produzidos pelos próprios trabalhadores (a grande maioria), mas também jornais como o Confederação do Trabalho, de 1909, com evidente vezo patronal, porém destinado aos trabalhadores. Como argumenta Maria de Nazaré Ferreira, mesmo jornais como estes fazem parte da Imprensa Operária, uma vez que eles “*abordam uma temática operária e expressam, de uma maneira ou de outra as reivindicações do operariado*”.⁷

É possível que existam outros títulos, acobertados pela desorganização arquivística reinante no Amazonas. A pesquisa realizada fora do Estado pôde igualmente render novidades. Foi dessa forma que, ausente dos arquivos de Manaus e sem registros nos catálogos locais, *O Extremo Norte* foi localizado no acervo do Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp. De igual forma, o Historiador José Ribamar Bessa Freire registrou ter encontrado títulos operários importantes (como o *A Lucta Social*) no Instituto de História Social de Amsterdã.

Com efeito, o descaso para com os trabalhadores no passado resultou em igual despreocupação com o registro de suas falas e a manutenção de sua memória. Esse descaso é percebido pelo precário estado de conservação desses jornais nos arquivos de Manaus. Disso decorre o fato de ser impossível fazer hoje uma leitura completa de jornais como o *Operário*, uma

vez que ele apresenta danos significativos, maiores do que os existentes anos atrás, quando serviu de base ao processo de microfilmagem realizado pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro no início dos anos 1980. Acresce ainda o fato de terem restado poucos números dentre as dezenas de tiragens realizadas. Tanto o *Gutenberg*, quanto *O Extremo Norte* publicaram mais de duas dezenas de números, mas só foram preservados três números do primeiro e sete do segundo. O quinto número do *A Lucta Social* – que divulgou relatório enviado à associação de trabalhadores (C.I.A.) em Londres, fazendo um balanço do movimento operário no Amazonas, até hoje não foi localizado.

Por constituir-se em fonte prioritária para o estudo do universo do trabalho e dos trabalhadores no Amazonas, os jornais operários dispensam maiores argumentações acerca de sua relevância. Caberia apenas mencionar que, se a tarefa que a história acadêmica tem assumindo mais recentemente no Norte do país é a de romper a hegemonia de uma tradição historiográfica assaz conservadora, dando visibilidade às múltiplas vivências que marcaram a trajetória dos segmentos populares na Amazônia, não há como desconsiderar a imprensa operária como um dos suportes incontestáveis dessa revisão.

Por outro lado, nos parece claro que a relevância do estudo e da publicização desses jornais não se restringe ao contexto mais acanhado da história regional da Amazônia, como se ela não fosse crivada de interações com o contexto nacional e mesmo internacional. Não se pode esquecer que as idéias que se tem acerca do trabalho e do trabalhador urbano no Brasil da República Velha são ainda fortemente estereotipadas, embora venham sofrendo importantes revisões, sempre no sentido do reconhecimento de sua multiplicidade, seja quanto à sua composição, experiências e ideários políticos e práticas culturais.⁸ São ainda pouco os autores que, ao buscar produzir sínteses nacionais, esforçaram-se em registrar expressões regionais do trabalho e do movimento operário no Brasil. Num dos mais significativos estudos nesta direção, Francisco Foot Hardmann e Victor Leonardi reconhecem, inclusive, a necessidade e importância do desenvolvimento de estudos mais regionalizados para uma revisão e revitalização do tema em questão.⁹

Dessa forma, a validade dos estudos regionais parece sobressair, exatamente pela possibilidade de confrontar e enriquecer esquemas interpretativos mais totalizados, muitos deles produzidos a partir de contextos pretensamente modelares. Cabe ressaltar que a imprensa operária produzida no Amazonas é contemporânea ao período de maior expressão da imprensa operária em todo Brasil, não podendo, nem devendo ser tratada como reflexo tardio do movimento correlato produzido em espaços socioculturais mais dinâmicos, como Rio de Janeiro ou São Paulo.

Não se pode esquecer, inclusive, que os próprios trabalhadores amazonenses buscaram estabelecer articulações supra-regionais durante as primeiras décadas da República Brasileira e, dessa forma, os jornais operários foram veículos importantes dessas interações. Neles há o registro da intensa correspondência mantida entre pessoas e agremiações operárias de norte a sul do país.

Muitas vezes a abertura de um jornal operário no Norte e Nordeste demonstrou responder a estratégias dos próprios trabalhadores, desejosos de organizar a classe, numa dimensão nacional. Neste sentido, Pinheiro também mencionou, em tese recente, que algumas deliberações da Confederação Operária Brasileira (C.O.B.) estavam presentes na articulação que, em Manaus, resultaram no aparecimento de um dos mais significativos jornais operários do Amazonas, o *A Lucta Social*, animado pelo gráfico português Tércio Miranda¹⁰. De igual forma, ao estudar a imprensa operária cearense, Adelaide Gonçalves e Jorge Silva destacaram “*a relação estabelecida entre militantes locais e a Confederação Operária Brasileira com vistas à aplicação no Ceará das resoluções de seu congresso, como ainda o intercâmbio com grupos editores das folhas operárias do Brasil e de Portugal*”.¹¹

Já mencionamos o fato da Imprensa Operária diferenciar-se da imprensa em geral por seu caráter pragmático, voltado ao enfrentamento das questões que se ligavam à organização das categorias profissionais para a luta social, entendida como a estratégia capaz de assegurar aos trabalhadores melhores condições de vida e trabalho. O mais importante é que esta distinção era percebida e evocada pelos próprios redatores.

A existência de diferentes folhas produzidas pelos trabalhadores e/ou destinados a eles no interior do periodismo local ou nacional, não deve transmitir a impressão de uma escrita unidirecional, seja do ponto de vista do estilo redacional, seja do ponto de vista da linha editorial, ou muito menos de suas vinculações políticas e ideológicas.

Embora quase nunca de forma explícita, os jornais operários do Amazonas expressaram diversas posturas políticas que, se alinharam, em maior ou menor grau, às grandes tendências do movimento operário nacional, com forte presença do *reformismo* (em suas diversas vertentes) e de poucos títulos anarquistas e socialistas.

Sendo de menor expressão no interior dos trabalhadores urbanos amazonenses, líderes anarquistas e socialistas viam na publicação das folhas operárias uma oportunidade ímpar para difundir seus ideais e arregimentar novos parceiros à militância político-sindical.¹²

Em que pese sua estreita vinculação com o estudo do movimento operário, e sem negar as inequívocas conexões que os próprios editores das folhas operárias externavam, colocando-a como órgão à serviço da organização dos trabalhadores e de suas lutas políticas, a Imprensa Operária, na verdade, desloca seu foco de ação à dimensões mais amplas, servindo igualmente à uma avaliação renovada de uma História Operária muito mais preocupada com a *classe* que com o movimento.¹³

A ênfase na *classe* parte aqui do seu entendimento fora de enquadramentos tradicionais, buscando aproxima-la da discussão encaminhada por Edward Thompson, que a entendia como “*categoria histórica descritiva de pessoas numa relação no decurso do tempo e das maneiras pelas quais se tornam conscientes de suas relações, como se separam, unem, entram em conflito, formam*

*instituições e transmitem valores de modo classista. Neste sentido, a classe é uma formação tão ‘econômica’ quanto cultural”.*¹⁴

De igual forma, os estudos atuais em torno da cultura operária encontram nos jornais produzidos pelos trabalhadores preciosas informações. Com efeito, seria um equívoco pensar que nos limites dessa escrita militante não houvesse espaço para a discussão de temas e questões mais gerais, com os quais a classe trabalhadora também se identificava: o esporte, o lazer e a literatura, por exemplo, tinham expressão nos jornais dos trabalhadores. Daí porque, no Amazonas, como de resto em todo o Brasil, foi comum que as folhas operárias atraíssem a simpatia e colaboração de importantes literatos e intelectuais, muitos dos quais atuando com pseudônimos. No contexto local, figuras como Paulino de Brito, Elesbão Luz e Emetério Cabrinha, a quem se atribuiu o título de “o orador das massas”, deixaram suas marcas impressas na seara da imprensa operária amazonense.

Vista à luz de suas inúmeras possibilidades e sentidos, a abertura de estudos acerca da imprensa operária amazonense, ainda que tardia, afigura-se como um campo fértil e inesgotável por onde novas gerações de historiadores são convidados a (re)pensar a escrita da História, uma vez que essa, no Norte do país, ainda se mantém aferrada a temas e esquemas interpretativo do século XIX.

-
- ¹ Os termos **Operário** e **Imprensa Operária**, já consagrados em nossa historiografia, escondem sentidos que podem causar certa confusão, se não discutidos à luz do contexto em que eles são empregados. Muito associado ao trabalhador fabril, o termo “operário” foi empregado no Amazonas durante toda a República Velha num sentido mais amplo, como sinônimo de *trabalhador urbano*. Por essa razão, um termo mais de acordo com as especificidades regionais para designar os periódicos que aqui estamos enfocando seria o de **Imprensa de Trabalhadores**. Assim, alertamos o leitor para o fato de que sempre que aqui utilizarmos o termo mais usual de *Imprensa Operária*, essas ponderações devem ser levadas em consideração.
- ² SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 306-323. (Cap. Imprensa Proletária).
- ³ SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit., p. 323.
- ⁴ Há informações não muito precisas da circulação, ainda em 1890, do jornal *O Restaurador*, que se intitulava “órgão da classe caixeiral”.
- ⁵ FARIA E SOUZA, João Batista. *A Imprensa no Amazonas – Catálogo de Jornais*. Manaus: Imprensa Oficial, 1908; FREIRE, José Ribamar Bessa (Coord.). *Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950) - Catálogo de Jornais*. Manaus: Editora Calderaro, 1990.
- ⁶ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)*. Manaus: Edua, 2000.
- ⁷ FERREIRA, Maria Nazaré. *Imprensa Operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988, p.5.
- ⁸ BATALHA, Cláudio. “A Historiografia da Classe Operária no Brasil”. In: FREITAS, Marcos (Org). *Trajetórias Historiográficas Brasileiras*. São Paulo: editora da USF, 2000.
- ⁹ HARDMANN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1988.
- ¹⁰ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: PUC, 2000. (Cap. Folhas Operárias).
- ¹¹ GONÇALVES, Adelaide e SILVA, Jorge (Orgs.). *A Imprensa Libertária no Ceará (1908-1922)*. São Paulo: Imaginário, 2000, p. 19.
- ¹² Como salienta June Hahner, “muito mais do que as organizações operárias reformistas, a liderança anarquista e socialista no Brasil dependia de seus próprios jornais para organizar os trabalhadores e propagar suas idéias”. HAHNER, June E. *Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil*: Editora da UnB, 1993, p. 259.
- ¹³ HOBBSBAWM, Eric. “História Operária e Ideologia”. In: *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 22.
- ¹⁴ THOMPSON, Edward Palmer. “Folclore, Antropologia e História Social”. In: *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 260.